

Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
Intermediárias em
30 de junho de 2021**

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório da administração | 3 |
| Resumo do relatório do comitê de auditoria..... | 5 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias | 7 |
| Balanços Patrimoniais | 12 |
| Demonstrações do resultado | 14 |
| Demonstrações do resultado abrangente..... | 15 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 16 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 17 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias..... | 18 |

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia” ou “Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 29 de novembro de 2019, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e atingidas as demais condições precedentes, a Companhia concluiu o processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A. A referida operação fortaleceu o posicionamento competitivo da Companhia, que passou a explorar com sucesso a consequente complementaridade dos portfólios de negócios e a ampliação da sua cobertura geográfica no Brasil e no exterior, passando a contar com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Colômbia, além de autorizações para operar em diversos países latino-americanos.

Em fevereiro de 2021 a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” da Austral Re. A perspectiva para ambos os ratings foi mantida em positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva reflete a condição da força do balanço patrimonial da Companhia, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos da Companhia e a sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume, em especial com a diversificação de negócios e melhor distribuição geográfica observada após a incorporação da Terra Brasis.

Para a Austral Re, a avaliação da agência é um atestado de eficiência e solidez financeira, que credencia a Companhia a participar dos principais programas nacionais e internacionais de resseguros e dá sustentação à sua estratégia de expansão, dentro e fora do Brasil.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 412,9 milhões neste semestre, representando um aumento de R\$ 28,0 milhões (7%) em relação ao primeiro semestre de 2020. Os grupos de ramos que mais contribuíram para este crescimento foram Automóveis (+ 58%) e Property (+23%), com aumentos respectivos de R\$ 32,9 milhões e R\$ 18,5 milhões nas emissões do primeiro semestre de 2021, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os prêmios ganhos apresentaram um crescimento moderado quando comparados ao semestre anterior, alcançando o valor de R\$ 417,4 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 1,6 milhões (0,4%) em relação ao primeiro semestre de 2020.

O índice de sinistralidade geral em 2021 ficou em 79,9% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro), contra 100,1% no mesmo período de 2020. O aumento em 2020 na sinistralidade deu-se principalmente nos ramos agrícola e seguro viagem, e pela variação das reservas relativas a perdas catastróficas internacionais (fora da América Latina), assim como pela variação

cambial dessas reservas. Desde 2020, a Companhia já vem reduzindo significativamente sua exposição catastrófica internacional (fora da América Latina), em seguro agrícola (Rural) e Viagem e como estratégia, está basicamente operando no seu *core business*, formado por contratos de resseguro automáticos e facultativos na América Latina. Essa reestruturação do portfólio de negócios contribuiu para a redução da sinistralidade e para a melhoria do Índice técnico, que saiu de 107,3% no primeiro semestre de 2020 para 95,3 % no primeiro semestre de 2021. Cabe ressaltar que a evolução e crescimento nos prêmios se deu mesmo considerando a reestruturação do portfólio de negócios, o que demonstra que o crescimento foi ainda mais significativo.

O índice de despesas administrativas apresentou um aumento de 0,6%, sendo 3,9% em junho de 2020 contra 4,5% em junho de 2021. Parte desse aumento se deveu à redução do prêmio ganho nas linhas de negócio citadas acima, mas que deve ser compensado ao longo do tempo com o maior crescimento no core business.

O índice combinado atingiu 101,3% no primeiro semestre de 2021, contra 112,0% no mesmo período do ano anterior.

Com os ajustes realizados na carteira de negócios, a Austral Re planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, aprimorando sua política de subscrição e buscando manter o processo de diversificação da carteira e reduzir sua volatilidade, em linha com seus atuais objetivos estratégicos.

O resultado financeiro de R\$ 3,2 milhões, ante R\$ 54,9 milhões no mesmo período do ano anterior é explicado, principalmente, pela queda do resultado da carteira de investimentos e pelo impacto negativo da variação cambial. Desde então, a Companhia reduziu drasticamente sua exposição cambial e espera ver uma recuperação do resultado financeiro no segundo semestre deste ano.

O prejuízo antes de impostos e participações neste semestre foi de R\$ 2,2 milhões, contra um lucro de R\$ 4,8 milhões no mesmo período do ano anterior. Este prejuízo foi, principalmente, derivado do resultado financeiro, apesar da melhoria nos resultados de subscrição, o que esperamos que seja revertido no segundo semestre.

O patrimônio líquido da Companhia encerrou o semestre de 2021 em R\$ 325,1 milhões, contra R\$ 330,9 milhões em dezembro do ano anterior.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos períodos. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021
Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

Margo Isabel Black

Presidente

Paulo Pereira Ferreira

Membro

Leonardo de Assis Portugal

Membro

Paulo Roberto Batista Machado

Membro



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras intermediárias

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| <p>A Companhia realiza o teste de adequação de passivos e possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de resseguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE"), além das respectivas recuperações ativas de retrocessão relativas a essas provisões técnicas.</p> <p>Tais provisões técnicas, seus respectivos ativos de retrocessão, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, dos ativos de retrocessão, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p> | <p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de seguros e ativos de retrocessão incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> |

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e

a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

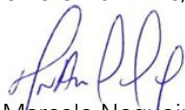
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 1.482.578 | 1.564.701 |
| Disponível | | 13.697 | 22.655 |
| Aplicações financeiras | 5 | 267.210 | 319.137 |
| Créditos das operações com resseguros | 7 | 540.090 | 611.857 |
| Operações com seguradoras | | 422.061 | 456.259 |
| Operações com resseguradoras | | 118.029 | 155.598 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 14 | 600.763 | 558.901 |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 43.727 | 38.606 |
| Títulos e Créditos a receber | | 13.575 | 10.157 |
| Créditos tributários e previdenciários | | 29.419 | 28.005 |
| Outros créditos | | 733 | 444 |
| Outros valores e bens | | 3.248 | 317 |
| Despesas antecipadas | | 485 | 150 |
| Custos de aquisição diferidos | 9 | 13.358 | 13.078 |
| Não circulante | | 447.612 | 343.713 |
| Realizável a longo prazo | | 431.135 | 327.816 |
| Aplicações financeiras | 5 | 314.859 | 216.441 |
| Créditos das operações com resseguros | 7 | 17.874 | 23.550 |
| Operações com seguradoras | | 12.046 | 17.855 |
| Operações com resseguradoras | | 5.828 | 5.695 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 14 | 48.283 | 47.509 |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 42.525 | 38.865 |
| Custos de aquisição diferidos | 9 | 1.419 | 1.451 |
| Outros valores e bens | | 6.175 | - |
| Imobilizado | | 681 | 635 |
| Intangível | 10 | 15.796 | 15.262 |
| Total do ativo | | 1.930.190 | 1.908.414 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AUSTRAL/Re

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

| Passivo | Notas | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 1.517.116 | 1.491.003 |
| Contas a pagar | | 4.135 | 6.584 |
| Obrigações a pagar | | 645 | 4.155 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 607 | 1.044 |
| Encargos trabalhistas | | 1.918 | 1.385 |
| Impostos e contribuições | | 965 | - |
| Débitos das operações com resseguros | | 325.362 | 337.950 |
| Prêmio a restituir | | 7.077 | 7.313 |
| Operações com seguradoras | | 2.813 | 1.848 |
| Operações com resseguradoras | 11 | 298.744 | 307.973 |
| Corretores de seguros e resseguros | | 16.596 | 18.733 |
| Outros débitos operacionais | | 132 | 2.083 |
| Depósito de terceiros | 12 | 21.072 | 16.778 |
| Provisões técnicas | 14 | 1.164.954 | 1.129.466 |
| Outros débitos | | 1.593 | 225 |
| Processos judiciais | 13 | 157 | 225 |
| Debitos diversos | | 1.436 | - |
| Não circulante | | 88.018 | 86.456 |
| Débitos das operações com resseguros | | 9.741 | 15.739 |
| Operações com resseguradoras | 11 | 9.373 | 15.612 |
| Corretores de seguros e resseguros | | 368 | 127 |
| Provisões técnicas | 14 | 72.800 | 70.717 |
| Outros débitos | | 5.477 | - |
| Patrimônio líquido | 16 | 325.056 | 330.955 |
| Capital social | | 251.763 | 251.763 |
| Reserva de capital | | 105.176 | 105.176 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 1.408 | 2.337 |
| Prejuízo acumulado | | (31.721) | (28.321) |
| Resultado do semestre | | (1.570) | - |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.930.190 | 1.908.414 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação - em reais)

| | Notas | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|-----------------|----------------|----------------|
| Prêmios emitidos | | 412.884 | 384.820 |
| Variações das provisões técnicas | | 4.494 | 30.992 |
| Prêmios ganhos | 20/ 22.a | 417.378 | 415.812 |
| Sinistros ocorridos | 22.b | (333.608) | (416.149) |
| Custos de aquisição | 22.c | (13.212) | (12.164) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 22.d | (3.890) | (8.679) |
| Resultado com retrocessão | 22.e | (47.087) | (9.082) |
| Despesas administrativas | 22.f | (18.749) | (16.166) |
| Despesas com tributos | 22.g | (6.300) | (3.636) |
| Resultado financeiro | 22.h | 3.222 | 54.853 |
| Receitas financeiras | | 101.796 | 185.684 |
| Despesas financeiras | | (98.574) | (130.831) |
| Ganho com ativos não correntes | | - | 10 |
| (=) Resultado antes dos impostos e participações | | (2.246) | 4.799 |
| Imposto de renda | 17 | 383 | (5.524) |
| Contribuição social | 17 | 350 | (746) |
| Participações sobre o lucro | | (57) | 302 |
| (=) Prejuízo líquido do semestre | | (1.570) | (1.169) |
| Quantidade de ações | | 302.648.450 | 302.648.450 |
| Prejuízo por lote de mil ações - em reais | 19 | (0,0052) | (0,0039) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | <u>Nota</u> | <u>30/06/2021</u> | <u>30/06/2020</u> |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Prejuízo líquido do semestre | | (1.570) | (1.169) |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | (929) | (8.315) |
| Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda | 5.c | (1.548) | (13.939) |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social | 8.b | 619 | 5.624 |
| Total de resultados abrangentes do período, líquido dos impostos | | (929) | (8.315) |
| Total de resultados abrangentes do semestre | | (2.499) | (9.484) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | | | | Prejuízos acumulados | Total |
|---|--------------------|-------------------------------|--------------------|---------------|---------------------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Capital social | Capital social (em aprovação) | Reserva de capital | Reserva legal | Ajuste de avaliação patrimonial | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2020 | 234.468 | 5.532 | 91.677 | 120 | - | 6.990 | - | 338.787 |
| Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.602) | 5.532 | (5.532) | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social (em aprovação) | - | 11.763 | - | - | - | - | - | 11.763 |
| Reservas de capital | - | - | (414) | - | - | - | - | (414) |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - | - | - | (1.169) | (1.169) |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | (8.315) | - | (8.315) |
| Saldos em 30 de junho de 2020 | 240.000 | 11.763 | 91.263 | 120 | - | (1.325) | (1.169) | 340.652 |
| Saldos em 01 de janeiro de 2021 | 251.763 | - | 105.176 | - | - | 2.337 | (28.321) | 330.955 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - | - | - | (1.570) | (1.570) |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | (929) | - | (929) |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | (3.400) | (3.400) |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 251.763 | - | 105.176 | - | - | 1.408 | (33.291) | 325.056 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo líquido do semestre | (1.570) | (1.169) |
| Ajustes para: | | |
| Depreciações e amortizações | 676 | 171 |
| Incentivo baseado em ações | - | (414) |
| Perda de valor recuperável | (580) | 4.146 |
| Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão | 277.714 | 276.021 |
| Outros ajustes | (3.660) | (528) |
| | 272.580 | 278.227 |
| Variações nas contas patrimoniais | | |
| Ativos financeiros | (47.420) | (88.150) |
| Créditos das operações com resseguros | 78.356 | 30.983 |
| Títulos e créditos a receber | (5.121) | (6.384) |
| Despesas antecipadas | (335) | 374 |
| Custos de aquisição diferidos | (248) | (1.333) |
| Outros ativos | (9.495) | (926) |
| Débitos de operações com resseguros | (18.919) | 49.136 |
| Contas a pagar | (825) | (5.934) |
| Provisões técnicas com resseguradoras | (282.779) | (265.939) |
| Depósitos de terceiros | 4.294 | 9.015 |
| Provisões judiciais | (68) | 215 |
| Outros passivos | 6.913 | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.624) | (8.129) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | (4.691) | (8.845) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Recebimento pela venda de imobilizado | - | 10 |
| Aquisição de imobilizado | (143) | (93) |
| Aquisição de intangível | (724) | (743) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | (867) | (826) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital social - Incorporação (em aprovação) | - | 11.763 |
| Pagamento de juros sobre capital próprio | (3.400) | (3.391) |
| Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento | (3.400) | 8.372 |
| Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa | (8.958) | (1.299) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 22.655 | 31.947 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 13.697 | 30.648 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais, uma vez que a Austral Participações I S.A. continua sendo sua controladora indireta.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional, nesse caso com foco na América Latina, contando com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa manter a solvência dos seguradores, através da diluição dos riscos, quando há a possibilidade de grande sinistralidade, como na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- **Contratos Automáticos** – São operações de resseguro nas quais a cedente (seguradora) cede ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a cedente subscrever essas apólices de forma automática de acordo com regras, condições e prazo previamente estabelecidos em contrato.
- **Resseguro Facultativo** – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property* e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. Marine & Energy

O seguro marítimo ("Marine") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O seguro de riscos de petróleo ("Energy") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("on shore") e no mar ("offshore").

iii. Responsabilidade civil (*casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: responsabilidade civil geral, responsabilidade civil proporcional – E&O e D&O.

Responsabilidade civil é a obrigação legal de reparar danos, imposta àquele que pelos mesmos for responsável. O seguro de responsabilidade civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*surety bonds*)

O Seguro garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são garantia judicial (principalmente no Brasil), garantia de performance e fiança locatícia.

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém expertise e histórico no segmento.

vii. Agrícola (Rural)

Esses contratos cobrem a produção das safras agrícolas.

O seguro rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes, principalmente, de fenômenos climáticos adversos.

O objetivo maior do seguro rural é oferecer coberturas que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor e à sua produção, à sua família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro.

viii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. Em negócios facultativos, a Companhia também participa de negócios de transporte de valores, linha na qual possui boa experiência e capacidade de análise.

ix. Pessoas (vida, acidentes pessoais, saúde e viagem)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

A Companhia também é parte de alguns contratos de resseguro em saúde, na modalidade excesso de danos.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária e seguro de perda de certificado de habilitação de voo.

Os seguros de pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

1.2 COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em 11 de março de 2020 estado de pandemia em razão do COVID-19. As medidas recomendadas pela OMS e adotadas pelas autoridades públicas envolveram o isolamento social, restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios, resultando em um ambiente marcado por instabilidade social e econômica. Governos e bancos centrais vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais e estímulos. Na economia nacional, as medidas adotadas pelo governo, incluíram a redução dos juros, a suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS) e a concessão de benefícios fiscais aos setores mais afetados.

A Companhia tem acompanhado de perto a evolução dos impactos causados globalmente pela pandemia, bem como as medidas adotadas pelos governos até o momento para auxiliar a manutenção de empregos e retomada da economia, em decorrência do agravamento da pandemia ao longo do primeiro semestre de 2021. No entanto, ainda existem incertezas quanto às novas medidas, o que dificulta a previsibilidade de novos impactos diretos e/ou indiretos que poderão ser causados pela pandemia.

A Companhia continua mantendo suas equipes trabalhando em regime de “home office” desde 17 de março de 2020, com todos os seus processos em pleno funcionamento, sem prejuízo para suas operações, objetivando reduzir impactos na qualidade de atendimento de seus clientes, bem como os riscos aos seus funcionários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho da Companhia em 30/08/2021.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em Reais - (R\$), e foram arredondados para milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos

seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do semestre, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia possui 100% de suas operações classificadas como seguros e exerceu a opção prevista na revisão do pronunciamento técnico número 12 que prevê a possibilidade do emissor aplicar a nova norma de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9) em conjunto com o IFRS 17 – *Insurance Contracts*, que entrará em vigor apenas a partir de 01/01/2023. Devido a essa exceção, a Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações adotadas na construção das curvas de rendimento são obtidas principalmente na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Partners e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, dado o status do mercado e a estratégia de investimentos em alinhamento com a gestão de riscos da Companhia. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado do fundo imobiliário listado em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - impairment.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3 Custo de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativo e passivo de resseguro e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de que foram objeto de resseguro ou retrocessão, e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de resseguros e retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguros, para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de seguros, a Companhia apresenta metodologia para constituir estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos em nota técnica atuarial, sendo esta contabilização um redutor das provisões de sinistros. A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

Os valores de salvados e ressarcimentos provenientes das operações de resseguros são reconhecidos no balanço de acordo com os valores informados diretamente pela cedente.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme

incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou de uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar apenas parte dos mesmos. Nesses contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações e com a exposição ao risco de cada contrato e obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

Estima-se o total de provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais a partir da utilização das taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data-base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios

proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR, consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa via testes de consistência mensais. Apenas para contratos específicos, a Companhia utiliza metodologia de sinistralidade esperada na apuração de reserva de IBNR.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de excedente técnico - PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Provisão de despesas relacionadas - PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Teste de adequação de passivo**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros, resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo foi realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados

atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

A premissa de sinistralidade utilizada para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo tem como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, apenas mantém os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a um atingimento tanto de metas globais como de metas departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas no início de cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

A Companhia possui plano de pagamentos baseados em ações (*stock options*) para profissionais elegíveis, que incluiu membros da Administração e empregados. Este incentivo baseado em ações é mensurado e reconhecido ao valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são feitas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. As estimativas de realização dos impostos diferidos calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 30 de junho de 2021, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da administração.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados respeitada a individualidade das entidades do Grupo Austral, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

Os prêmios a receber têm o impairment reconhecido a partir dos riscos de inadimplência entre outros fatores. A provisão é feita com base na expectativa de recebimento da administração e na análise individualizada com base em dados históricos de cada um dos clientes. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras intermediárias, é feita a avaliação de forma individualizada se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro disponível para venda que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios**

Os prêmios de resseguros cedidos são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência do risco dos contratos.

Os prêmios de Resseguro e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais, são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem as indenizações e todas as despesas estimadas a incorrer na sua regulação e liquidação.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8.b);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8.1.a);
- Provisões judiciais (nota 13)
- Provisões técnicas (nota 14).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 e não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06/ IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2021.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada

pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia atendeu aos critérios dos normativos e optou pela isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) e estima adotar o IFRS 9 / CPC 48 em 01/01/2023. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações alteradas não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2) – Ainda não aprovado pela SUSEP

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

O Grupo Austral adota como definição, que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO* e *Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia do Grupo Austral.

O Grupo Austral também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos do Grupo Austral, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é o risco de o prêmio cobrado pelos riscos vigentes ser insuficiente para cobrir os sinistros a ocorrer (risco de emissão/precificação), ou dos custos futuros com pagamentos de sinistros ocorridos mostrarem-se maiores que o valor da provisão de sinistros a ocorrer estabelecida no momento atual. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

O Grupo Austral adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, o Grupo Austral mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada um dos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

O Grupo Austral subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

| Região | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Internacional | 11.038 | 17.642 |
| América Latina (ex. Brasil) | 83.248 | 86.099 |
| Brasil | 377.928 | 355.096 |
| Total (*) | 472.214 | 458.837 |

* Montantes brutos sem RVNE e comissão de resseguro.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o período em questão, utilizaremos a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

| | 30/06/2021 | | |
|--|------------|---------------|-----------|
| | Base | Cenário 10,0% | Impacto% |
| Efeitos brutos de retrocessão | | | |
| Patrimônio líquido | 325.056 | 305.924 | (19.132) |
| Lucro líquido do período | (1.570) | (20.702) | (19.132) |
| Impacto (%) no resultado do período | | | 1.218,60% |
| Impacto (%) no patrimônio líquido | | | (5,89%) |
| Efeitos líquidos de retrocessão | | | |
| Patrimônio líquido | 325.056 | 313.587 | (11.469) |
| Lucro líquido do período | (1.570) | (13.039) | (11.469) |
| Impacto (%) no resultado do período | | | 730,51% |
| Impacto (%) no patrimônio líquido | | | (3,53%) |

| | 30/06/2020 | | |
|--|------------|---------------|----------|
| | Base | Cenário 10,0% | Impacto% |
| Efeitos brutos de retrocessão | | | |
| Patrimônio líquido | 554.213 | 541.062 | (13.151) |
| Prejuízo do período | 17.782 | 4.631 | (13.151) |
| Impacto (%) no resultado do período | | | (74,0%) |
| Impacto (%) no patrimônio líquido | | | (2,4%) |
| Efeitos líquidos de retrocessão | | | |
| Patrimônio líquido | 554.213 | 543.839 | (10.374) |
| Prejuízo do período | 17.782 | 7.408 | (10.374) |
| Impacto (%) no resultado do período | | | (58,3%) |
| Impacto (%) no patrimônio líquido | | | (1,9%) |

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos do Grupo Austral define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, o Grupo Austral considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

O comitê de investimentos do Grupo Austral, se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos, incluindo as operações sujeitas à variação: das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value-at-Risk (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

O Grupo Austral monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do Value-at-Risk (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, o Grupo Austral realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,57% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,74% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 3.540. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,73% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,96% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 4.560.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,54% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,65% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 3.360. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,70% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2021 (0,86% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 4.320.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps):

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

| 30/06/ 2021 | | |
|-------------|-----------|---|
| Cenário | Choque | Impacto no resultado bruto dos impostos |
| I | (200 bps) | 16,21 MM |
| II | (100 bps) | 8,11 MM |
| III | 100 bps | (8,11 MM) |
| IV | 200 bps | (16,21 MM) |

| 30/06/2020 | | |
|------------|-----------|---|
| Cenário | Choque | Impacto no resultado bruto dos impostos |
| I | (200 bps) | 5,53MM |
| II | (100 bps) | 2,77MM |
| III | 100 bps | (2,77MM) |
| IV | 200 bps | (5,53MM) |

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

O Grupo Austral entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

| Composição de carteira por classe e por categoria contábil | 30/06/2021 | | | | | | | Valor contábil |
|--|---------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|----------------|
| | Ativos vencidos | | | | | | | |
| | Ativos não vencidos | Vencidos até 30 dias | Vencidos entre 31 e 60 dias | Vencidos entre 61 e 120 dias | Vencidos entre 121 e 180 dias | Vencidos entre 181 e 360 dias | Superior a 360 dias | |
| Disponível | 13.697 | - | - | - | - | - | - | 13.697 |
| Disponíveis para venda | | | | | | | | |
| Privados | 57.743 | - | - | - | - | - | - | 57.743 |
| Públicos | 237.226 | - | - | - | - | - | - | 237.226 |
| Exterior | 52.608 | - | - | - | - | - | - | 52.608 |
| Créditos com operações seguradora e resseguradora (*) | 511.538 | 4.937 | 5.577 | 4.755 | 5.462 | 6.850 | 18.845 | 557.964 |
| Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro | 872.812 | 4.937 | 5.577 | 4.755 | 5.462 | 6.850 | 18.845 | 919.238 |

| Composição de carteira por classe e por categoria contábil | 31/12/2020 | | | | | | | Valor contábil |
|--|---------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------|----------------|
| | Ativos vencidos | | | | | | | |
| | Ativos não vencidos | Vencidos até 30 dias | Vencidos entre 31 e 60 dias | Vencidos entre 61 e 120 dias | Vencidos entre 121 e 180 dias | Vencidos entre 181 e 360 dias | Superior a 360 dias | |
| Disponível | 22.655 | - | - | - | - | - | - | 22.655 |
| Disponíveis para venda | | | | | | | | |
| Privados | 77.210 | - | - | - | - | - | - | 77.210 |
| Públicos | 25.626 | - | - | - | - | - | - | 25.626 |
| Exterior | 137.252 | - | - | - | - | - | - | 137.252 |
| Créditos com operações seguradora e resseguradora (*) | 593.052 | 600 | 5.103 | 7.960 | 2.621 | 9.554 | 16.517 | 635.407 |
| Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro | 855.795 | 600 | 5.103 | 7.960 | 2.621 | 9.554 | 16.517 | 898.150 |

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito a que a Companhia está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios

não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

(i) Operações da Resseguradora

| Standard & Poor's Co | Moody's Investor Services | Fitch Ratings | AM Best | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
|----------------------|---------------------------|---------------|---------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | | | Exposição (em R\$) | Exposição (em %) | Exposição (em R\$) | Exposição (em %) |
| AAA | Aaa | AAA | A++ | 7.354 | 1,34 | 9.743 | 1,47 |
| AA+ | Aa1 | AA+ | A+ | 58.914 | 10,72 | 101.437 | 15,28 |
| AA | Aa2 | AA | A+ | 135 | 0,03 | - | - |
| AA- | Aa3 | AA- | A | 368.426 | 67,04 | 316.253 | 47,63 |
| A+ | A1 | A+ | A | 25.750 | 4,69 | 36.477 | 5,49 |
| A | A2 | A | A- | 70.364 | 12,80 | 91.450 | 13,77 |
| A- | A3 | A- | A- | 10.210 | 1,86 | 97.271 | 14,65 |
| BBB+ | Baa1 | BBB+ | B++ | 8.375 | 1,52 | 11.363 | 1,71 |
| Total | | | | 549.528 | 100,00 | 663.994 | 100,00 |

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de perda decorrente da possibilidade de o Grupo Austral não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos.

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

O Grupo Austral tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 90,75% (94,36% em 31 de dezembro de 2020) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 4,97% (5,52% em 31 de dezembro de 2020) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 4,28% (4,34% em 31 de dezembro de 2020) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

30/06/2021

| <u>Ativos e passivos</u> | <u>Até</u> <u>1 ano</u> | <u>Acima de</u> <u>1 ano</u> | <u>Total</u> |
|---|----------------------------|---------------------------------|------------------|
| Disponível | 13.697 | - | 13.697 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 226.286 | 8.206 | 234.492 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 347.577 | - | 347.577 |
| Crédito das operações de seguros e resseguros | 540.090 | 17.874 | 557.964 |
| Títulos e créditos a receber | 43.727 | 42.525 | 86.252 |
| Outros valores e bens | 3.248 | 6.175 | 9.423 |
| Total de ativos | 1.174.625 | 74.780 | 1.249.405 |
| Contas a pagar | 4.135 | - | 4.135 |
| Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão) | 564.191 | 24.517 | 588.708 |
| Depósito de terceiros | 21.072 | - | 21.072 |
| Débito das operações de seguros e resseguros | 325.362 | 9.741 | 335.103 |
| Outros débitos | 1.593 | 5.477 | 7.070 |
| Total de passivos | 916.353 | 39.735 | 956.088 |

31/12/2020

| <u>Ativos e passivos</u> | <u>Até</u> <u>1 ano</u> | <u>Acima de 1</u> <u>ano</u> | <u>Total</u> |
|---|----------------------------|---------------------------------|------------------|
| Disponível | 22.655 | - | 22.655 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 65.246 | 230.244 | 295.490 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 23.648 | 216.441 | 240.089 |
| Crédito das operações de resseguros | 611.857 | 23.550 | 635.407 |
| Títulos e créditos a receber | 38.606 | 38.865 | 77.471 |
| Outros valores e bens | 317 | - | 317 |
| Total de ativos | 762.329 | 509.100 | 1.271.429 |
| Contas a pagar | 6.584 | - | 6.584 |
| Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão) | 570.565 | 23.208 | 593.773 |
| Depósito de terceiros | 16.778 | - | 16.778 |
| Débitos das operações de resseguros | 337.950 | 15.739 | 353.689 |
| Outros débitos | 225 | - | 225 |
| Total de passivos | 932.102 | 38.947 | 971.049 |

4) Risco Cambial

O Grupo Austral opera carteira de investimentos em dólares norte americano. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetarã sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,00 em 30 de junho de 2021;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,15 estimada para 31 de dezembro de 2021 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2021;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,50);
- Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,75);
- Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,25); e
- Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,50).

| 0/06/2021 | | |
|-----------|-----------------------------|--|
| Cenário | Oscilação da taxa de câmbio | Impacto no resultado bruto de impostos |
| Provável | 3,0% | 1,28 MM |
| I | (50,0%) | (21,62 MM) |
| II | (25,0%) | (10,81 MM) |
| III | 25,0% | 10,81 MM |
| IV | 50,0% | 21,62 MM |

| 30/06/2020 | | |
|------------|-----------------------------|--|
| Cenário | Oscilação da taxa de câmbio | Impacto no resultado bruto de impostos |
| Provável | (4,9%) | (3,65MM) |
| I | (50,0%) | (37,53MM) |
| II | (25,0%) | (18,76MM) |
| III | 25,0% | +18,76MM |
| IV | 50,0% | +37,53MM |

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

| 30/06/2021 | | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|---------------|------------------|-------------------|--------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil (mercado) | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado: | | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | Selic | - | 2.580 | 173.943 | - | 176.523 | 176.952 | 30,33% | 30,50% |
| Certificado de depósito no exterior | - | - | 2.858 | - | - | 2.858 | 2.858 | 0,49% | 0,49% |
| Quotas de fundos de investimentos (i) | - | 55.111 | - | - | - | 55.111 | 55.111 | 9,47% | 9,50% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | - | - | 140.772 | 140.772 | 141.086 | 24,18% | 24,32% |
| Debêntures | CDI+ | - | 6.601 | 28.727 | 6.772 | 42.100 | 42.259 | 7,23% | 7,28% |
| Letra financeira - LF | CDI% | - | 13.146 | - | - | 13.146 | 13.247 | 2,26% | 2,28% |
| Nota comercial - NC | CDI+ | - | 2.497 | - | - | 2.497 | 2.525 | 0,43% | 0,44% |
| NTN - F | - | - | - | 96.454 | - | 96.454 | 94.665 | 16,57% | 16,32% |
| Títulos privados no exterior | 2,63% | - | 10.474 | 42.134 | - | 52.608 | 51.464 | 9,04% | 8,87% |
| Total | | 55.111 | 38.156 | 341.258 | 147.544 | 582.069 | 580.167 | 100% | 100% |

| 31/12/2020 | | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|---------------|------------------|-------------------|--------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil (mercado) | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado: | | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | Selic | - | 15.298 | 220.281 | 1.909 | 237.488 | 237.488 | 45% | 45% |
| Certificado de depósito no exterior | 0,01% | - | 2.970 | - | - | 2.970 | 2.970 | - | - |
| Quotas de fundos de investimentos (i) | - | 55.032 | - | - | - | 55.032 | 55.032 | 10% | 10% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | - | - | 25.626 | 25.626 | 23.793 | 5% | 4% |
| Debêntures | CDI- | - | - | 31.733 | 11.917 | 43.650 | 44.420 | 8% | 8% |
| Letra financeira - LF | CDI% | - | 19.932 | 7.476 | - | 27.408 | 27.525 | 5% | 5% |
| Nota comercial - NC | CDI+ | - | 3.715 | 2.437 | - | 6.152 | 6.208 | 2% | 1% |
| Títulos públicos no exterior | 2,63% | - | - | 81.999 | - | 81.999 | 80.181 | 15% | 15% |
| Títulos privados no exterior | 5,50% | - | - | 55.253 | - | 55.253 | 54.083 | 10% | 10% |
| Total | | 55.032 | 41.915 | 399.179 | 39.452 | 535.578 | 531.700 | 100% | 100% |

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

R\$ 12.998 (R\$ 14.700 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de crédito privado R\$ 16.962 (R\$ 16.603 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de ações R\$ 14.004 (R\$ 13.522 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de investimento em participações R\$ 8.020 (R\$ 6.683 em 31 de dezembro de 2020), Fundo multimercado R\$ 1.880 (R\$ 1.855 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de renda fixa R\$ 705 (R\$ 723 em 31 de dezembro de 2020), e FIDIC R\$ 542 (R\$ 946 em 31 de dezembro de 2020).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 30/06/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Nível 01 | Nível 02 | Total | Nível 01 | Nível 02 | Total |
| <u>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u> | | | | | | |
| Fundos de investimento: | | | | | | |
| Quotas de fundos de investimentos | - | 42.113 | 42.113 | 14.700 | 40.332 | 55.032 |
| Quotas de fundos de imobiliários | 12.998 | - | 12.998 | - | - | - |
| Títulos de renda fixa – privados: | | | | | | |
| Certificado de depósito no exterior | - | 2.858 | 2.858 | - | 2.970 | 2.970 |
| Títulos de renda fixa – públicos: | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro – LFT | 176.523 | - | 176.523 | 237.488 | - | 237.488 |
| <u>II. Títulos disponíveis para venda:</u> | | | | | | |
| Títulos de renda fixa – privados: | | | | | | |
| Debêntures | - | 42.100 | 42.100 | - | 43.650 | 43.650 |
| Letras financeiras | - | 13.146 | 13.146 | - | 27.408 | 27.408 |
| Nota comercial | - | 2.497 | 2.497 | - | 6.152 | 6.152 |
| Títulos privados no exterior | 52.608 | - | 52.608 | 55.253 | - | 55.253 |
| Títulos de renda fixa - públicos | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | 140.772 | - | 140.772 | 25.626 | - | 25.626 |
| Notas do tesouro nacional - NTN-F | 96.454 | - | 96.454 | - | - | - |
| Títulos públicos no exterior | - | - | - | 81.999 | - | 81.999 |
| Total | 479.355 | 102.714 | 582.069 | 415.066 | 120.512 | 535.578 |

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

| | Valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Total |
|---|--------------------------------------|--------------------------|----------------|
| Saldo final em 31 de dezembro 2019 | 283.730 | 262.321 | 546.051 |
| (+) Aplicações | 387.080 | 94.765 | 481.845 |
| (-) Resgates | (378.414) | (155.029) | (533.443) |
| (+) Rendimentos | (643) | 20.259 | 19.616 |
| (+/-) Oscilação cambial | 3.737 | 25.993 | 29.730 |
| (+/-) Ajuste ao valor justo | - | (7.836) | (7.836) |
| (-) Provisão desvalorização título renda fixa | - | (385) | (385) |
| Saldo final em 31 de dezembro 2020 | 295.490 | 240.088 | 535.578 |
| (+) Aplicações | 173.419 | 136.032 | 309.451 |
| (-) Resgates | (237.735) | (24.777) | (262.512) |
| (+) Rendimentos | 4.031 | 4.662 | 8.693 |
| (+/-) Oscilação Cambial | (111) | (6.880) | (6.991) |
| (+/-) Ajuste ao valor justo | (602) | (1.548) | (2.150) |
| Saldo final em 30 de junho de 2021 | 234.492 | 347.577 | 582.069 |

d) Derivativos

d.1) Exposição

| Descrição | Vencimento | Exposição | Valor a pagar |
|-------------------------------|------------|------------|---------------|
| | | 30/06/2021 | 30/06/2021 |
| Contratos futuros | | | |
| Compromisso de venda | | | |
| Taxa de câmbio - dólar futuro | 02/08/2021 | 11.999 | 88 |

d.2) Margens dadas em garantia

| 30/06/2021 | | | |
|--------------|------------|------------|--------------|
| Ativo | Vencimento | Quantidade | Valor |
| LFT | 01/03/2023 | 690 | 7.502 |
| Total | | 690 | 7.502 |

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos | 361.275 | 371.126 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 573.247 | 540.583 |
| Provisão de sinistros ocorridos e não avisados | 290.967 | 274.869 |
| Provisão de despesas relacionadas | 52 | 2 |
| Provisão de excedentes técnicos | 12.213 | 13.603 |
| Total das provisões técnicas | 1.237.754 | 1.200.183 |
| Direitos creditórios | (228.212) | (256.014) |
| Custo de aquisição diferido redutores | (4.315) | (2.727) |
| Ativos de resseguro redutores de PDR | (15) | (1) |
| Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR | (121.241) | (115.558) |
| Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL | (315.374) | (291.535) |
| Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG | (52.323) | (47.423) |
| Ativos de retrocessão cedida redutores de PET | (2.682) | (3.747) |
| Depósitos judiciais redutores | - | - |
| Total das exclusões | (724.162) | (717.005) |
| | | |
| Total das provisões técnicas para cobertura | 513.592 | 483.178 |
| | | |
| Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas: | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 164.425 | 237.487 |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | 105.247 | 25.627 |
| | | |
| Quotas de fundos de investimentos | 54.742 | 36.647 |
| Quotas de fundo de investimento imobiliário | - | 14.699 |
| Títulos privados | 58.129 | 77.208 |
| Título público no exterior | 96.453 | 81.999 |
| Título privado no exterior | 52.608 | 55.254 |
| | | |
| Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas | 531.604 | 528.921 |
| | | |
| Suficiência das provisões técnicas | 18.012 | 45.743 |

7. Crédito das operações com resseguros

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Prêmios a receber | 485.651 | 540.771 |
| Recuperação de corretagem | 186 | 199 |
| Recuperação Prêmio Retrocessão | 9.444 | 8.825 |
| Recuperação de sinistro | 60.350 | 72.573 |
| Participações nos lucros a receber | - | 10.626 |
| Outros créditos a receber | 2.333 | 2.413 |
| Total | 557.964 | 635.407 |
| Total circulante | 540.090 | 611.857 |
| Total não circulante | 17.874 | 23.550 |

a) Prêmios a receber

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prêmios a vencer | | |
| De 1 a 30 dias | 15.539 | 24.981 |
| De 31 a 60 dias | 36.024 | 23.072 |
| De 61 a 120 dias | 50.666 | 40.316 |
| De 121 a 180 dias | 263.387 | 286.018 |
| De 181 a 360 dias | 55.735 | 100.479 |
| Superior a 360 dias | 17.874 | 23.550 |
| Total de prêmios a vencer | 439.225 | 498.416 |
| Prêmios vencidos | | |
| De 1 a 30 dias | 11.436 | 7.364 |
| De 31 a 60 dias | 5.577 | 5.103 |
| De 61 a 120 dias | 4.755 | 7.960 |
| De 121 a 180 dias | 5.462 | 2.621 |
| De 181 a 360 dias | 6.850 | 9.554 |
| Superior a 360 dias | 18.845 | 16.517 |
| Total de prêmios vencidos | 52.925 | 49.119 |
| Provisão para perda de valor recuperável | (6.499) | (6.764) |
| Total de prêmios a receber | 485.651 | 540.771 |
| Movimentação dos prêmios a receber: | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo inicial | 540.771 | 593.980 |
| (+) Prêmios emitidos (*) | 409.340 | 846.732 |
| (-) Recebimentos | (464.724) | (895.998) |
| (-) Provisão para perda de valor recuperável | 264 | (3.943) |
| Saldo final | 485.651 | 540.771 |

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

8 Títulos e créditos a receber

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Títulos e créditos a receber | 13.575 | 10.157 |
| Ressarcimento a receber (a) | 11.354 | 8.384 |
| Participação nos lucros a receber | 2.221 | 1.773 |
| Créditos tributários e previdenciários (b) | 71.944 | 66.870 |
| Outros créditos | 733 | 444 |
| Total | 86.252 | 77.471 |
| Total circulante | 43.727 | 38.606 |
| Total não circulante | 42.525 | 38.865 |

a) Salvados e ressarcimento a receber por ramo

Após estudos realizados individualmente para a redução ao valor recuperável dos ativos de ressarcimento, a Administração da Companhia entendeu que existe um risco de não recebimento e resolveu contabilizar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Aging de ressarcimentos e salvados a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

| <u>Aging de permanência</u> | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimonial | | |
| De 181 a 365 dias | - | 3.220 |
| Superior a 365 dias | 8.701 | 5.481 |
| Riscos financeiros | | |
| De 181 a 365 dias | - | 28.125 |
| Superior a 365 dias | 32.118 | 3.993 |
| Transportes | | |
| De 31 a 60 dias | 2.970 | - |
| Redução ao valor recuperável | (32.118) | (32.118) |
| Total do aging | 11.671 | 8.701 |
| Ressarcimentos | 11.354 | 8.384 |
| Salvados (*) | 317 | 317 |

| <u>Expectativa de realização</u> | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimonial | | |
| De 331 a 360 dias | 8.701 | 8.701 |
| Riscos financeiros | | |
| De 331 a 360 dias | - | 32.118 |
| De 361 a 390 dias | 32.118 | - |
| Transportes | | |
| De 331 a 360 dias | 2.970 | - |
| Redução ao valor recuperável | (32.118) | (32.118) |
| Total do aging | 11.671 | 8.701 |
| Ressarcimentos | 11.354 | 8.384 |
| Salvados (*) | 317 | 317 |

(*) Os montantes referentes a salvados encontram-se registrados na rubrica de outros valores e bens

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Impostos a compensar / recuperar (i) | 1.143 | 1.018 |
| Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii) | 19.899 | 19.717 |
| Crédito tributário Pis e cofins(iii) | 8.377 | 7.270 |
| IR e CS diferido | 42.525 | 38.865 |
| Total | 71.944 | 66.870 |
| Total Circulante | 29.419 | 28.005 |
| Total não Circulante | 42.525 | 38.865 |

- (i) Refere-se a créditos tributários provenientes de IRRF retido no Exterior;
(ii) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior;

(iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

| | 31/12/2019 | Adições | Baixas | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes | 31/12/2020 |
|--|-----------------|----------------|-----------------|--------------------------|--|----------------|
| Impostos diferidos sobre diferenças temporárias | (13.077) | (8.403) | 13.077 | (1.458) | 3.216 | (8.403) |
| Ajuste a Valor de Mercado Negociação | (7.609) | (10.034) | 7.609 | 2.425 | - | (10.034) |
| Ajuste a Valor de Mercado Venda | (4.768) | (1.552) | 4.768 | - | 3.216 | (1.552) |
| Outras provisões | (700) | 3.183 | 700 | (3.883) | | 3.183 |
| Impostos diferidos sobre base negativa: | 22.471 | 37.230 | (12.433) | 24.797 | - | 47.268 |
| Prejuízo fiscal - IRPJ | 12.468 | 25.079 | (8.105) | 16.974 | - | 29.442 |
| Base negativa - CSLL | 10.003 | 12.151 | (4.328) | 7.823 | - | 17.826 |
| Total | 9.394 | 28.827 | 644 | 23.339 | 3.216 | 38.865 |

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Reconhecido no Resultado | Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes | 30/06/2021 |
|--|----------------|----------------|----------------|--------------------------|--|----------------|
| Impostos diferidos sobre diferenças temporárias | (8.403) | (3.838) | 8.403 | 3.712 | 619 | (3.837) |
| Ajuste a Valor de Mercado Negociação | (10.034) | (7.206) | 10.034 | 2.828 | - | (7.206) |
| Ajuste a Valor de Mercado Venda | (1.552) | (933) | 1.552 | - | 619 | (933) |
| Outras provisões | 3.183 | 4.002 | (3.183) | 821 | | 4.003 |
| Adoção IFRS 16 | - | 299 | - | 63 | - | 299 |
| Impostos diferidos sobre base negativa: | 47.268 | 908 | (1.814) | (906) | - | 46.362 |
| Prejuízo fiscal - IRPJ | 29.442 | 557 | (1.169) | (612) | - | 28.830 |
| Base negativa - CSLL | 17.826 | 351 | (645) | (294) | - | 17.532 |
| Total | 38.865 | (2.930) | 6.589 | 2.806 | 619 | 42.525 |

c) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30 de junho de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

| Ano | IR | % | CSLL | % |
|---------------|---------------|-----|---------------|-----|
| 2021 | 2.828 | 10% | 1.679 | 10% |
| 2022 | 7.593 | 26% | 4.507 | 26% |
| 2023 | 13.716 | 48% | 8.142 | 46% |
| 2024 | 4.693 | 16% | 3.204 | 18% |
| Totais | 28.830 | | 17.532 | |

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

| <u>Grupos / Ramos</u> | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimonial | 3.705 | 2.963 |
| Riscos Especiais | 1 | 8 |
| Responsabilidades | 462 | 374 |
| Transportes | 1.883 | 1.874 |
| Riscos Financeiros | 916 | 839 |
| Pessoas Coletivo | 188 | 350 |
| Rural | 7 | 33 |
| Marítimos | 635 | 672 |
| Aeronáuticos | 2.915 | 1.875 |
| Aceitações do exterior | 3.417 | 4.596 |
| Outros | 648 | 945 |
| Total | 14.777 | 14.529 |
| Total circulante | 13.358 | 13.078 |
| Total não circulante | 1.419 | 1.451 |

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>Constituição</u> | <u>Diferimento / cancelamento</u> | <u>30/06/2021</u> |
|------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Patrimonial | 2.963 | 1.819 | (1.077) | 3.705 |
| Riscos Especiais | 8 | 2 | (9) | 1 |
| Responsabilidades | 374 | 98 | (10) | 462 |
| Transportes | 1.874 | 684 | (675) | 1.883 |
| Riscos Financeiros | 839 | 98 | (21) | 916 |
| Pessoas Coletivo | 350 | 83 | (245) | 188 |
| Rural | 33 | - | (26) | 7 |
| Marítimos | 672 | 197 | (234) | 635 |
| Aeronáuticos | 1.875 | 1.229 | (189) | 2.915 |
| Aceitações do exterior | 4.596 | 159 | (1.338) | 3.417 |
| Outros | 945 | 204 | (502) | 648 |
| Total | 14.529 | 4.573 | (4.326) | 14.777 |

| | <u>31/12/2019</u> | <u>Constituição</u> | <u>Diferimento / cancelamento</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Patrimonial | 2.785 | 714 | (536) | 2.963 |
| Riscos Especiais | 35 | 3 | (30) | 8 |
| Responsabilidades | 408 | 124 | (158) | 374 |
| Transportes | 1.029 | 1.258 | (413) | 1.874 |
| Riscos Financeiros | 822 | 200 | (183) | 839 |
| Pessoas Coletivo | 456 | 277 | (383) | 350 |
| Rural | 390 | 28 | (385) | 33 |
| Marítimos | 454 | 638 | (420) | 672 |
| Aeronáuticos | 976 | 1.866 | (967) | 1.875 |
| Aceitações do exterior | 3.801 | 1.850 | (1.055) | 4.596 |
| Outros | 698 | 1.005 | (758) | 945 |
| Total | 11.854 | 7.963 | (5.288) | 14.529 |

10. Intangível

| | Taxa Anual de amortização | 31/12/2020 | Aquisições | Amortização | 30/06/2021 |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| Direito de uso software terceiros | 20% | 1.349 | 724 | (190) | 1.883 |
| Outros intangíveis (i) | | 13.913 | - | - | 13.913 |
| Total | | 15.262 | 724 | (190) | 15.796 |

| | Taxa Anual de amortização | 31/12/2019 | Aquisições | Amortização | 31/12/2020 |
|-----------------------------------|---------------------------|------------|---------------|--------------|---------------|
| Direito de uso software terceiros | 20% | 489 | 1.066 | (206) | 1.349 |
| Outros intangíveis (i) | - | - | 13.913 | - | 13.913 |
| Total | | 489 | 14.979 | (206) | 15.262 |

(i) Refere-se ao ágio (goodwill) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

11. Débitos das operações com resseguros

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Prêmios de retrocessão cedida | 417.709 | 434.003 |
| Comissão | (116.387) | (123.131) |
| Sinistros | 38.474 | 37.296 |
| Redução ao valor recuperável | (32.986) | (33.277) |
| Outros | 1.307 | 8.694 |
| Total | 308.117 | 323.585 |
| Total circulante | 298.744 | 307.973 |
| Total não circulante | 9.373 | 15.612 |

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Aging de depósitos de terceiros: | | |
| De 1 a 30 dias | 12.636 | 13.420 |
| De 31 a 60 dias | 4.242 | 175 |
| De 61 a 120 dias | 628 | 581 |
| De 121 a 180 dias | 1.150 | 438 |
| De 181 a 360 dias | 718 | 1.166 |
| Superior a 360 dias | 1.698 | 998 |
| Total | 21.072 | 16.778 |

13. Provisões judiciais

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial no montante de R\$ 157 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2021).

14. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

| | 30 de junho de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|--|---------------------|------------------|----------------|------------------------|------------------|----------------|
| | Bruto | Cedido | Retido | Bruto | Cedido | Retido |
| Provisões de sinistro, administrativas e de prêmios | | | | | | |
| Provisão de sinistros a liquidar | 573.247 | (315.375) | 257.872 | 540.583 | (291.535) | 249.048 |
| Provisão de sinistros ocorridos e não avisados | 290.967 | (121.242) | 169.725 | 274.869 | (115.558) | 159.311 |
| Provisão de despesas relacionadas | 52 | (15) | 37 | 2 | - | 2 |
| Provisão total de sinistros | 864.266 | (436.632) | 427.634 | 815.454 | (407.093) | 408.361 |

| Provisões de Prêmios | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| Provisão de prêmios não ganhos | 361.275 | (209.732) | 151.543 | 371.126 | (195.570) | 175.556 |
| Provisão de excedente técnico | 12.213 | (2.682) | 9.531 | 13.603 | (3.747) | 9.856 |
| Provisão total de prêmios | 373.488 | (212.414) | 161.074 | 384.729 | (199.317) | 185.412 |
| Total | 1.237.754 | (649.046) | 588.708 | 1.200.183 | (606.410) | 593.773 |
| Total circulante | 1.164.954 | (600.763) | 564.191 | 1.129.466 | (558.901) | 570.565 |
| Total não circulante | 72.800 | (48.283) | 24.517 | 70.717 | (47.509) | 23.208 |

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

| | 30 de junho de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|---|---------------------|------------------|----------------|------------------------|------------------|----------------|
| | Bruto | Cedido | Retido | Bruto | Cedido | Retido |
| Desenvolvimento das provisões de sinistros | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 815.454 | (407.093) | 408.361 | 720.187 | (310.291) | 409.896 |
| Sinistros ocorridos no período | 336.870 | (141.136) | 195.734 | 787.754 | (297.713) | 490.041 |
| Sinistros pagos no período | (282.779) | 108.549 | (174.230) | (745.194) | 217.501 | (527.693) |
| Variação cambial | (5.284) | 3.048 | (2.236) | 52.704 | (16.590) | 36.114 |
| Atualização monetária | 5 | - | 5 | 3 | - | 3 |
| No final do período | 864.266 | (436.632) | 427.634 | 815.454 | (407.093) | 408.361 |
| Desenvolvimento das provisões de prêmios | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 384.729 | (199.317) | 185.412 | 397.451 | (178.360) | 219.091 |
| Prêmios emitidos no período | 412.884 | (197.162) | 215.722 | 786.764 | (352.043) | 434.721 |
| Prêmio ganho no período | (417.378) | 182.101 | (235.277) | (798.455) | 330.708 | (467.747) |
| Variação cambial | (6.747) | 1.964 | (4.783) | (1.031) | 378 | (653) |
| No final do período | 373.488 | (212.414) | 161.074 | 384.729 | (199.317) | 185.412 |
| Desenvolvimento da provisão de PSL | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 540.583 | (291.535) | 249.048 | 505.125 | (239.073) | 266.052 |
| Movimento | 32.664 | (23.840) | 8.824 | 35.458 | (52.462) | (17.004) |
| No final do período | 573.247 | (315.375) | 257.872 | 540.583 | (291.535) | 249.048 |
| Desenvolvimento da provisão de IBNR | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 274.869 | (115.558) | 159.311 | 215.062 | (71.213) | 143.849 |
| Movimento | 16.098 | (5.684) | 10.414 | 59.807 | (44.345) | 15.462 |
| No final do período | 290.967 | (121.242) | 169.725 | 274.869 | (115.558) | 159.311 |
| Desenvolvimento da provisão de PDR | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 2 | - | 2 | - | (5) | (5) |
| Movimento | 50 | (15) | 35 | 2 | 5 | 7 |
| No final do período | 52 | (15) | 37 | 2 | - | 2 |

15. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 30 de junho de 2021.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

| Ano de aviso | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| No ano de subscrição | 176.938 | 217.866 | 53.271 | 186.408 | 137.535 | 65.465 | 837.483 |
| Um ano após o ano de subscrição | 160.521 | 235.997 | 320.189 | 469.430 | 131.794 | - | 1.317.931 |
| Dois anos após o ano de subscrição | 52.417 | 133.140 | 109.769 | 103.989 | - | - | 399.315 |
| Três anos após o ano de subscrição | 4.390 | (5.205) | 22.779 | - | - | - | 21.964 |
| Quatro anos após o ano de subscrição | (5.950) | 3.644 | - | - | - | - | (2.306) |
| Cinco anos após o ano de subscrição | 2.209 | - | - | - | - | - | 2.209 |
| Total | 390.525 | 585.442 | 506.008 | 759.827 | 269.329 | 65.465 | 2.576.596 |

| Ano | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|----------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Juros judicial | - | - | - | - | - | - | - |

| Ano | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|------------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|-----------|
| Pagamentos | 363.987 | 535.856 | 412.863 | 593.177 | 167.855 | 58.264 | 2.132.002 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|----------------|
| Posição em 30/06/2021 | | | | | | | 444.594 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2016 | | | | | | | 138.248 |
| Expectativa de salvado/ressarcimento | | | | | | | (9.595) |
| Posição ajustada PSL | | | | | | | 573.247 |

| Ano de aviso | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| No ano de subscrição | 126.273 | 177.524 | 218.572 | 54.051 | 188.041 | 138.163 | 902.624 |
| Um ano após o ano de subscrição | 111.714 | 162.813 | 239.580 | 326.451 | 473.742 | - | 1.314.300 |
| Dois anos após o ano de subscrição | 142.235 | 53.416 | 135.223 | 111.568 | - | - | 442.442 |
| Três anos após o ano de subscrição | 48.808 | 4.342 | (5.014) | - | - | - | 48.136 |
| Quatro anos após o ano de subscrição | (16.637) | (6.097) | - | - | - | - | (22.734) |
| Cinco anos após o ano de subscrição | 5.474 | - | - | - | - | - | 5.474 |
| Total | 417.867 | 391.998 | 588.361 | 492.070 | 661.783 | 138.163 | 2.690.242 |

| Ano | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|----------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Juros judicial | - | - | - | - | - | - | - |

| Ano | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Pagamentos | 334.831 | 365.341 | 537.696 | 390.777 | 487.235 | 107.765 | 2.223.645 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|----------------|
| Posição em 31/12/2020 | | | | | | | 466.597 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2015 | | | | | | | 83.500 |
| Expectativa de salvado/ressarcimento | | | | | | | (9.514) |
| Posição ajustada PSL | | | | | | | 540.583 |

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2021, é de R\$ 251.763, dividido em 302.648.450 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros.

d) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio líquido | 325.056 | 330.955 |
| Despesas antecipadas | (485) | (150) |
| Créditos tributários prejuízo fiscal / bases negativas | (46.362) | (47.268) |
| Ativo intangível | (15.796) | (15.262) |
| Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas | - | 2.499 |
| Patrimônio líquido ajustado - PLA | 262.413 | 270.774 |
| Capital base - CB (a) | 60.000 | 60.000 |
| Capital adicional de risco de subscrição - CRSub | 83.483 | 96.902 |
| Capital adicional de risco de crédito - CRCr | 34.596 | 40.484 |
| Capital adicional de risco de mercado - CRMerc | 12.008 | 8.051 |
| Capital adicional de risco operacional - CROp | 5.360 | 5.350 |
| Benefício da diversificação | (20.965) | (20.659) |
| Capital de risco - CR (b) | 114.482 | 130.128 |
| Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b) | 114.482 | 130.128 |
| Patrimônio líquido ajustado | 262.413 | 270.774 |
| (-) Exigência de capital - EC | 114.482 | 130.128 |
| Suficiência de capital | 147.931 | 140.646 |
| Suficiência de capital - % da EC | 229,22% | 208,08% |

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2021 e 2020, estão reconciliados, como se segue:

| | 30/06/2021 | | 30/06/2020 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | (2.246) | (2.246) | 4.799 | 4.799 |
| Participações estatutárias no lucro | (57) | (57) | 302 | 302 |
| Base de cálculo | (2.303) | (2.303) | 5.101 | 5.101 |
| Alíquota nominal vigente | 25% | 15% | 25% | 15% |
| Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes | 588 | 345 | (1.263) | (765) |
| (Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação: | (258) | (7) | (4.347) | (16) |
| Operações em seguro rural | - | - | (4.321) | - |
| Outras (inclusões) / exclusões permanentes | (258) | (7) | (26) | (16) |
| (Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação: | (2.360) | (1.323) | 3.900 | 2.340 |
| Variação cambial | (1.113) | (668) | (253) | (152) |
| Ajuste a valor de mercado | (1.768) | (1.061) | 4.789 | 2.874 |
| Outras provisões | 521 | 406 | (636) | (382) |
| Deduções fiscais | 34 | 0 | 29 | 0 |
| Lucro/ (Prejuízo Fiscal) / Base Negativa | (612) | (294) | (435) | 1.609 |
| (Despesa) / receita de imposto de renda e contribuição social | (1.384) | (689) | (1.246) | (49) |
| Ajuste de exercícios anteriores | 0 | 0 | 82 | 50 |
| (Despesa) / receita de tributos diferidos | 2.379 | 1.333 | (3.925) | (2.355) |
| Total de receita / (despesa) | 383 | 350 | (5.524) | (746) |
| Alíquota Efetiva | (17%) | (15%) | (108%) | (15%) |

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019.

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

| | | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | <u>Ativo</u> | <u>Ativo</u> |
| | <u>Classificação</u> | <u>Companhia</u> | <u>Companhia</u> |
| Austral Seguradora S.A. (a) | Coligada | 35.503 | 75.506 |
| Total | | 35.503 | 75.506 |
| | | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
| | | <u>Passivo</u> | <u>Passivo</u> |
| | <u>Classificação</u> | <u>Companhia</u> | <u>Companhia</u> |
| Austral Seguradora S.A. (a) | Coligada | 38.676 | 32.778 |
| Vinci Gestora de Recursos (b) | Outras partes relacionadas | 37 | 1.911 |
| Administradores (c) | Pessoal chave | 32 | - |
| Total | | 38.745 | 34.689 |
| | | <u>30/06/2021</u> | <u>30/06/2020</u> |
| | | <u>Receitas / (Despesas)</u> | <u>Receitas / (Despesas)</u> |
| | <u>Classificação</u> | <u>Companhia</u> | <u>Companhia</u> |
| Austral Seguradora S.A. (a) | Coligada | 14.732 | 17.240 |
| Vinci Gestora de Recursos (b) | Outras partes relacionadas | (80) | (305) |
| Administradores (c) | Pessoal chave | (567) | (463) |
| Total | Total | 14.085 | 16.472 |

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Austral Resseguradora S.A.; e

(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

19. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido dos períodos aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

| | <u>30/06/2021</u> | <u>30/06/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido do período | (1.570) | (1.169) |
| Média ponderada das ações | <u>302.648</u> | <u>302.648</u> |
| Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído | (0,0052) | (0,0039) |

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Os fatores diluidores referem-se a opções do plano de incentivo de pagamento baseado em ações. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía fatores diluidores.

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2021 e 2020 são:

| Grupos de atuação | Prêmios ganhos | | Índice de Sinistralidade (%) (a) | | Índice de Comercialização (%) (b) | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|--------------|-----------------------------------|-------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Patrimonial | 89.568 | 74.854 | 139,92 | 71,26 | 3,52 | 3,58 |
| Riscos especiais | 357 | (130) | (43,35) | 283,08 | 7,65 | - |
| Responsabilidades | 24.572 | 11.496 | 57,00 | 44,42 | 0,87 | 2,01 |
| Automóvel | 102.200 | 80.503 | 96,84 | 98,27 | 0,06 | 0,06 |
| Transportes | 50.788 | 37.563 | 88,99 | 117,76 | 3,25 | 2,80 |
| Riscos financeiros | 22.977 | 27.942 | 15,67 | 27,08 | 0,80 | 0,36 |
| Pessoas coletivo | 9.271 | 20.478 | 291,47 | 91,68 | 3,77 | 3,21 |
| Habitacional | 1.312 | 1.908 | 30,42 | 43,40 | 3,28 | 5,82 |
| Rural | (7.757) | 45.954 | 223,02 | 176,23 | (1,05) | 1,28 |
| Outros | 726 | 1.881 | 18,06 | (44,13) | 3,97 | 3,35 |
| Pessoas individual | 5.402 | 5.591 | 38,21 | 45,66 | 0,02 | 0,34 |
| Marítimos | 8.925 | 3.862 | (237,45) | 86,28 | 6,02 | 13,08 |
| Aeronáuticos | 25.699 | 17.366 | 51,08 | 49,25 | 8,00 | 8,69 |
| Petróleo | 9.581 | 8.989 | 16,15 | 0,63 | 4,95 | 4,98 |
| Saúde | 2.148 | 1.385 | 191,70 | 31,41 | 6,56 | 5,49 |
| Aceitações do exterior | 71.610 | 76.170 | 51,32 | 105,49 | 5,88 | 5,35 |
| Total | 417.378 | 415.812 | 80,89 | 92,36 | 3,17 | 2,93 |

| Grupos de atuação | Prêmio ganho retido | | Índice de sinistralidade retida (%) (a) | |
|------------------------|---------------------|----------------|--|--------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| | Patrimonial | 25.658 | 29.017 | 35,20 |
| Riscos especiais | 327 | 190 | (6,86) | (24,81) |
| Responsabilidades | 5.892 | 4.562 | 19,28 | 56,96 |
| Automóvel | 101.952 | 80.498 | 96,74 | 98,28 |
| Transportes | 14.208 | 9.176 | 21,40 | 103,64 |
| Riscos financeiros | 3.586 | 6.452 | 10,60 | 73,53 |
| Pessoas coletivo | 3.506 | 11.468 | 130,85 | 111,45 |
| Habitacional | 952 | 1.134 | 20,76 | 38,90 |
| Rural | (3.890) | 27.942 | 56,71 | 174,25 |
| Outros | 1.231 | 1.458 | 8,07 | (46,31) |
| Pessoas individual | 3.291 | 3.562 | 22,53 | 43,19 |
| Marítimos | 3.500 | 1.877 | 10,63 | 111,88 |
| Aeronáuticos | 11.697 | 6.001 | 19,55 | 57,82 |
| Petróleo | 3.151 | 2.619 | (1,39) | 1,44 |
| Saúde | 2.147 | 1.385 | 191,51 | 31,63 |
| Aceitações do exterior | 58.069 | 63.369 | 44,73 | 121,62 |
| Total | 235.277 | 250.710 | 47,84 | 62,55 |

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

| | Prêmio emitido líquido | | Prêmio cedido retrocessão | | Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido | | Percentual de retenção | | Percentual retrocedido | |
|------------------------|------------------------|----------------|---------------------------|------------------|--|----------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Patrimonial | 97.648 | 79.121 | (70.753) | (54.352) | 26.895 | 24.769 | 27,54 | 31,31 | 72,46 | 68,69 |
| Riscos especiais | 318 | (236) | (23) | 355 | 295 | 119 | 92,77 | (50,42) | 7,23 | 150,42 |
| Responsabilidades | 30.781 | 16.850 | (23.187) | (10.509) | 7.594 | 6.341 | 24,67 | 37,63 | 75,33 | 62,37 |
| Automóvel | 90.042 | 57.131 | (70) | (18) | 89.972 | 57.113 | 99,92 | 99,97 | 0,08 | 0,03 |
| Transportes | 50.237 | 38.071 | (39.285) | (29.858) | 10.952 | 8.213 | 21,80 | 21,57 | 78,20 | 78,43 |
| Riscos financeiros | 19.421 | 30.192 | (16.278) | (23.599) | 3.143 | 6.593 | 16,18 | 21,84 | 83,82 | 78,16 |
| Pessoas coletivo | 7.790 | 11.379 | (5.702) | (4.822) | 2.088 | 6.557 | 26,80 | 57,62 | 73,20 | 42,38 |
| Habitacional | 1.514 | 875 | (361) | (246) | 1.153 | 629 | 76,16 | 71,89 | 23,84 | 28,11 |
| Rural | (16.006) | 41.575 | 8.657 | (14.541) | (7.349) | 27.034 | 45,91 | 65,02 | 54,09 | 34,98 |
| Outros | 429 | 1.468 | 517 | (399) | 946 | 1.069 | 220,51 | 72,82 | (120,51) | 27,18 |
| Pessoas individual | 5.581 | 4.519 | (2.184) | (1.727) | 3.397 | 2.792 | 60,87 | 61,78 | 39,13 | 38,22 |
| Marítimo | 9.029 | 4.969 | (5.328) | (2.441) | 3.701 | 2.528 | 40,99 | 50,88 | 59,01 | 49,12 |
| Aeronáuticos | 32.323 | 21.410 | (18.924) | (15.802) | 13.399 | 5.608 | 41,45 | 26,19 | 58,55 | 73,81 |
| Petróleo | 11.420 | 6.747 | (8.957) | (3.109) | 2.463 | 3.638 | 21,57 | 53,92 | 78,43 | 46,08 |
| Saúde | 930 | 2.178 | - | - | 930 | 2.178 | 100,00 | 100,00 | - | - |
| Aceitações do exterior | 71.427 | 68.571 | (15.284) | (17.174) | 56.143 | 51.397 | 78,60 | 74,95 | 21,40 | 25,05 |
| Total | 412.884 | 384.820 | (197.162) | (178.242) | 215.722 | 206.578 | 53,25 | 53,68 | 47,75 | 46,32 |

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Resseguradora local | (1.969) | 2.961 |
| Resseguradora admitida | 141.490 | 118.974 |
| Resseguradora eventual | 57.641 | 56.307 |
| Total | 197.162 | 178.242 |

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

| | | |
|------------------------|----------------|----------------|
| Seguradora | 416.292 | 359.412 |
| Resseguradora local | (11.772) | 3.629 |
| Resseguradora admitida | 2.596 | 3.082 |
| Resseguradora eventual | 5.768 | 18.697 |
| Total | 412.884 | 384.820 |

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou

subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

| | Quantidade de opções | Preço médio ponderado |
|---|---------------------------------|----------------------------------|
| Total de opções canceladas até 31 de dezembro de 2020 | (3.705.706) | 0,47 |
| Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2020 | 4.708.047 | 0,44 |
| Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2020 | 4.708.047 | 0,44 |
| Total de opções canceladas até 30 de junho de 2021 | - | - |
| Total de opções em aberto em 30 de junho de 2021 | 4.708.047 | 0,44 |
| Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2021 | 4.708.047 | 0,44 |

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 4.708.047 opções em aberto representam uma diluição de até 1,67% sobre um total de 281.519.205 ações da Companhia.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 2.254 (R\$ 2.254 em 31 de dezembro de 2020).

22 . Detalhamento de contas de resultado

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| a) <u>Prêmios de resseguro</u> | | |
| Prêmio de resseguros | 425.216 | 348.481 |
| Prêmio risco vigente não emitido | (8.924) | 10.931 |
| Retrocessões aceitas | (3.408) | 25.408 |
| Variações das provisões técnicas | 4.494 | 30.992 |
| Total | 417.378 | 415.812 |
| b) <u>Sinistros ocorridos</u> | | |
| Indenizações avisadas | (320.016) | (371.407) |
| Despesa com sinistro | (756) | (44) |
| Salvados e Ressarcimentos | 3.262 | 1.144 |
| Variações de sinistros ocorridos e não avisados | (16.098) | (13.724) |
| Redução ao valor recuperável ressarcimento | - | (32.118) |
| Total | (333.608) | (416.149) |
| c) <u>Custos de aquisição</u> | | |
| Comissões | (13.685) | (12.830) |
| Variações de despesas de comercialização diferidas | 473 | 666 |
| Total | (13.212) | (12.164) |
| d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u> | | |
| Outras receitas de resseguro | 350 | 404 |
| Tarifa bancária | (3) | - |
| Despesas de administração de contratos | (1.315) | (1.929) |
| Participação nos lucros de resseguro aceito | (1.103) | (1.618) |
| Participação nos lucros de retrocessão aceita | (3) | (204) |
| Outras despesas de resseguro | (2.038) | (2.672) |
| Redução ao valor recuperável | 222 | (2.660) |
| Total | (3.890) | (8.679) |
| e) <u>Resultado com retrocessão</u> | | |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 5.684 | 15.035 |
| Despesa com sinistro | 136 | 22 |
| Recuperação de indenização | 129.219 | 108.571 |
| Redução ao valor recuperável recuperação de indenização | 648 | (762) |
| Salvados e ressarcimentos | (1.100) | 323 |
| Redução ao valor recuperável ressarcimento | - | 31.779 |
| Redução ao valor recuperável prêmio cedido | (290) | - |
| Outros créditos | 344 | 65 |
| Prêmio de retrocessão cedido | (197.162) | (178.242) |
| Receita com participação nos lucros | 377 | 986 |
| Variações de prêmio retrocessão cedido | 15.060 | 13.141 |
| Outras despesas | (3) | - |
| Total | (47.087) | (9.082) |

f) Despesas administrativas

| | | |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Pessoal próprio e encargos sociais | (10.528) | (8.426) |
| Localização e funcionamento | (954) | (2.366) |
| Serviços de terceiros | (5.762) | (4.801) |
| Depreciação e amortização | (676) | (171) |
| Publicidade e propaganda | (70) | 165 |
| Donativos e contribuições | (28) | (75) |
| Outros | (731) | (492) |
| Total | (18.749) | (16.166) |

g) Despesa com tributo

| | | |
|----------------------|----------------|----------------|
| Despesas com COFINS | (3.752) | (2.048) |
| Despesas com PIS | (784) | (575) |
| Taxa de fiscalização | (1.038) | (519) |
| Outras | (726) | (494) |
| Total | (6.300) | (3.636) |

h) Resultado financeiro

| | | |
|---|--------------|---------------|
| Receitas | | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | 8.443 | 17.448 |
| Títulos disponíveis para venda | 19.578 | 51.230 |
| Operações de resseguros | 69.302 | 107.364 |
| Valorização cambial do disponível | 2.330 | 9.482 |
| Outras receitas | 2.143 | 160 |
| Despesas | | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | (5.125) | (15.379) |
| Títulos disponíveis para venda | (21.796) | (2.235) |
| Provisão Desvalorização Títulos Renda Fixa (Debênture) | - | (385) |
| Operações de resseguros | (66.598) | (111.057) |
| Desvalorização cambial do disponível | (3.377) | (1.775) |
| Outras despesas | (1.678) | - |
| Total | 3.222 | 54.853 |

23 . Eventos subsequentes

A Lei 14.183/2021, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2021, objeto de conversão da Medida Provisória nº 1.034/2021, impôs uma majoração da alíquota da CSLL em 5% para as pessoas jurídicas de seguros privados, passando esta ao patamar de 20% no período compreendido entre julho e dezembro de 2021, retornando ao percentual de 15% a partir de 01 de janeiro de 2022.

24. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
 Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho
 Rodolfo Riechert

AUSTRAL / Re

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez

Arthur Farme d'Amoed Neto

Contador

Eduardo Póvoa

CRC 1SP nº223.513/O-6 S-RJ

Atuária

Brenda Fucci Cantisano

MIBA nº 2904